

SUMÁRIO

RECURSO RLM PCSC	2
CONSIDERAÇÕES INICIAIS AGENTE	2
RECURSO AGENTE	2
CONSIDERAÇÕES INICIAIS ESCRIVÃO	3
RECURSO ESCRIVÃO	3

RECURSO RLM PCSC

CONSIDERAÇÕES INICIAIS AGENTE

COMENTÁRIOS DA PROFESSORA:

O nível da prova de raciocínio lógico estava bem coerente, dentro do esperado para quem se preparou com dedicação, caiu muito mais questão de matemática do que raciocínio lógico, coisa que alertei desde a saída do edital.

PROIBIDO COPIAR E COLAR EXATAMENTE IGUAL, VOCÊ PRECISA ESCREVER COM SUAS PALAVRAS, RECURSOS IGUAIS SÃO DESCARTADOS PELA BANCA. SOMENTE O EMBASAMENTO QUE DEVE SER O MESMO.

RECURSO AGENTE

QUESTÃO 95 DA PROVA TIPO A:

Alexandre, Bruno, Cleber, Douglas e Edson são suspeitos e estão sendo interrogados sobre um crime. Sabe-se que apenas um deles é o culpado, e apenas o culpado mente; os outros quatro falam a verdade. As declarações de cada um foram:

Alexandre: "Bruno é o culpado."

Bruno: "Eu não sou o culpado."

Cleber: "Alexandre mente."

Douglas: "Cleber não é o culpado."

Edson: "Douglas fala a verdade."

A partir dessas informações, temos que o culpado é:

- (A) Bruno.
- (B) Cleber.
- (C) Douglas.

(D) Alexandre.

(E) Edson.

GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: D

PEDIDO: ANULAÇÃO

EMBASAMENTO:

Prezados membros da banca examinadora,

Venho por meio deste interpor recurso contra a questão, solicitando anulação por extrapolar o conteúdo do edital.

JUSTIFICATIVA

A referida questão aborda o tema **Verdades e Mentiras**, solicitando que o candidato identifique **quem é o culpado em uma situação que traz declarações verdadeiras e falsas**. Ocorre que, ao analisar minuciosamente o Conteúdo Programático constante no Edital nº 01/2025, no tópico de Raciocínio lógico-matemático, não se verifica a previsão do referido assunto.

Como o edital é a "lei interna" do concurso público. A administração da banca, ao cobrar tema não previsto explicitamente, viola o **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**.

De acordo com o entendimento do **Supremo Tribunal Federal (STF)** no Tema 485 de Repercussão Geral:

"Não compete ao Poder Judiciário substituir a banca examinadora [...] salvo flagrante ilegalidade ou **ausência de previsão no edital**."

A cobrança de tema extratópico configura erro crasso e ilegalidade, ferindo também o **Princípio da Publicidade** e da **Segurança Jurídica**, uma vez que o candidato pauta seus estudos estritamente no que foi publicado anteriormente pela banca.

Diante da flagrante ausência de previsão do tema no conteúdo programático oficial, requer-se a **anulação** da referida questão.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS ESCRIVÃO

COMENTÁRIOS DA PROFESSORA:

O nível da prova de raciocínio lógico estava bem maior do que a do cargo de agente, tivemos umas 3 questões mais pesadas e/ou trabalhosas, a de geometria (Q.95), a de simbologia dos quantificadores (lógica de primeira ordem – Q.100) e a de desvio padrão (Q.91).

Fora isso, as questões vieram dentro do esperado para quem se preparou com dedicação.

RECURSO ESCRIVÃO

QUESTÃO 96 DA PROVA TIPO A:

O total de anagramas que a palavra CIVIL possui de modo que não se tenha as duas vogais em sua posição original é igual a:

- (A) 28.
- (B) 16.
- (C) 18.
- (D) 14.
- (E) 36.

GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: C

PEDIDO: ANULAÇÃO

EMBASAMENTO:

Prezados membros da banca examinadora,

Venho por meio deste interpor recurso contra a questão, solicitando anulação por ambiguidade/falta de clareza no comando da questão.

JUSTIFICATIVA

A referida questão solicita ao candidato que [descrever brevemente o que informe a quantidade de anagramas onde as duas vogais não estejam nas posições iniciais. Ocorre que a redação do enunciado apresenta **ambiguidade**, impossibilitando a compreensão inequívoca do que se pretende avaliar.

Especificamente, o trecho "não se tenha as duas vogais em sua posição original" admite duas ou mais interpretações distintas:

- **Interpretação A:** Considerar o total de anagramas retirando-se aqueles em que as duas vogais (ao mesmo tempo) estejam em sua posição original, nesse caso teríamos como resposta 54 anagramas, ou seja, só teríamos 6 anagramas em que "as duas vogais estão na posição original" (CIVIL, CILIV, VICIL, VILIC, LICIV, LIVIC).
- **Interpretação B:** Considerar o total de anagramas retirando-se aqueles em que cada vogal separadamente estivesse na sua posição original (Ex: VICLI, ILVIC, etc.), bem como as duas juntas em sua posição original (Ex: CILIV, etc.), gerando um total de 18 anagramas).

Como o processo de seleção pública rege-se pelo **Princípio da Objetividade**, conforme se extrai do artigo 2º da Lei nº 9.784/99. A administração pública, ao elaborar certames, tem o dever de clareza em suas instruções e enunciados, sob pena de ferir a **Isonomia** entre os candidatos.

O enunciado que não delimita com precisão o cenário fático induz o candidato ao erro, transformando o certame em um teste de "interpretação subjetiva da mente do examinador" em vez de uma avaliação de conhecimento técnico.

Demonstrada a dubiedade do enunciado e a inexistência de uma baliza objetiva para a solução da questão, o presente recurso requer a **ANULAÇÃO** da referida questão.

QUESTÃO 98 DA PROVA TIPO A:

Uma equipe de 4 peritos criminais que possui mesma produtividade, trabalhando 6 horas por dia, consegue analisar 50 amostras de DNA em 5 dias. Incluindo mais 2 peritos criminais com a mesma produtividade que os demais, ao analisar 150 amostras de DNA, trabalhando 8 horas por dia, o total de dias que serão necessários para concluir a análise é igual a:

- (A) 8.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 9.
- (E) 4.

GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: A

PEDIDO: ANULAÇÃO

EMBASAMENTO:

Prezados membros da banca examinadora,

Venho por meio deste interpor recurso contra a questão, solicitando anulação por ausência de alternativa correta.

JUSTIFICATIVA

A questão em tela solicita o cálculo do tempo necessário para a conclusão de uma análise de amostras de DNA, configurando um problema de **Regra de Três Composta**. As grandezas envolvidas são: Peritos, Horas/Dia, Amostras e Dias.

Fazendo o cálculo matemático encontramos que o tempo necessário para conclusão precisará ser de 7,5 dias, ou seja, 7 dias e meio.

Observa-se que **nenhuma das alternativas corresponde ao valor exato obtido**. O enunciado não solicita o valor "aproximado", não utiliza a expressão "em números inteiros", nem indica que o tempo deveria ser o mínimo possível para concluir.

A indicação da alternativa (A) como correta configura um **arredondamento arbitrário** por parte da banca examinadora. A exigência de que o candidato presuma um arredondamento não declarado fere o **Princípio da Segurança Jurídica** e a **Legalidade**, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Diante da inequívoca demonstração de que o valor matematicamente correto (7,5) não consta entre as opções de resposta, e dada a inexistência de instrução para arredondamento no corpo do enunciado, requer-se a **ANULAÇÃO** da referida questão.